




Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

TERMO DE REFERÊNCIA

1.DECLARAÇÃO DO OBJETO

1.1. A presente peça tem por objeto a aquisição de itens de identificação para uso dos Policiais Judiciais do Egrégio TRT da 11ª. Região.

Item	Descrição	Código catmat catserv	Unidade	Quantidade	Valor de referência
01	<p>DISTINTIVO / PORTA-DISTINTIVO</p> <p>Distintivo de identificação funcional de Polícia Judicial: Acessório de identificação visual com o Brasão de Armas do Brasil, com a inscrição “Polícia Judicial” e com número de patrimônio vinculado (órgão e matrícula), conforme definido em resoluções do CNJ e CSJT.</p> <p>Imagens ilustrativas conforme:</p> 	480800	unid	70	
	<p>Observações:</p> <p>a)As medidas do distintivo são aproximadas, devendo o fornecedor seguir um tamanho proporcional e harmonizado;</p> <p>b)As cores da imagem são meramente ilustrativas. O fornecedor deverá providenciar arte final e amostras para aprovação do Diretor da Coordenadoria de Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região antes da confecção e envio.</p> <p>- Símbolo identificador da Polícia Judicial do Poder Judiciário, em policromia.</p> <p>Características e dimensões aproximadas:</p> <p>Material: Confeccionado em liga metálica, com a predominância do metal bronze, na cor prata, com no mínimo 3,0 mm de espessura;</p> <p>Formato: escudo ovalado, medindo 80 mm x 60</p>				




Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

<p>mm (altura x largura) tamanho interno - escudo, sendo o total 90 mm x 70 mm, considerando tamanho total - com o porta-distintivo;</p> <p>Desenho interno:</p> <p>Frente: Fundo de cor prata resinada e esmaltada a frio; aocentro deverá ser incrustado o Brasão das Armas da República com todos os seus detalhes de relevos, níveis e cores, conforme descrito em lei, sobre uma faixa verde (parte superior) e amarela (parte inferior) na diagonal, ambas em resina; as cores do brasão deverão ser em esmalte epóxi.</p> <p>Inscrições: Acima do brasão deverá ser gravada, em alto-relevo a inscrição "POLÍCIA", em tampografia, na cor preta; abaixo do brasão, deverá ser gravada a inscrição "JUDICIAL", em tampografia, na cor preta. Os sulcos das letras deverão ser preenchidos por esmalte epóxi na cor preta.</p> <p>Dorso: na parte posterior do escudo e na parte de couro do suporte (dorso) deverá ser gravada a numeração sequencial do Órgão e matrícula, que serão fornecidos por ocasião da emissão do empenho;</p> <p>Letras e desenhos deverão ser nítidos, legíveis e todas as partes deverão estar bem acabadas, sem a presença de quinas vivas ou cortantes;</p> <p>Acabamento: todo o distintivo deverá ter um recobrimento por banho de imersão em substrato prateado. Na parte frontal do distintivo, após o processo de estamparia, banho prateado;</p> <p>Suporte do Distintivo: O distintivo deverá ser fixado em suporte no formato de anel ovalar de couro natural resistente de cor preta, com acabamento liso fosco, com margem de 10,0 mm. No verso deverá haver uma presilha em aço-carbono indeformável, tipo mola de alta pressão e resistência, fixado de maneira sólida, para uso do distintivo no cinto, acompanhado de cordão bolinha com fechos;</p> <p>Corrente Colar tipo cordão bolinha com fechos: Cada distintivo deverá ser acompanhado de um cordão corrente colar de bolinhas composto por esferas de aproximadamente 3,2 mm e fechos tipo canoa (trava de junção) confeccionadas em Aço Inox Cirúrgico 304 - 18%Cr / 8%Ni (*que não ficam pretos, não enferrujam, não mancham e não causam alergias). Oscilação máxima das</p>				
---	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

	esferas entre 3,0 mm e 3,2 mm conforme o lote; Cores: cores e dizeres conforme imagem ilustrativa, respeitado o padrão estabelecido em normativas do CNJ e CSJT.				
02	<p>INSÍGNIA DE LAPELA</p> <p>Insígnia de Lapela: Botton (PIN) – Insígnia da Polícia Judicial Botton (pin) com símbolo identificador da Polícia Judicial para uso em lapelas. No mesmo formato e idêntico ao distintivo funcional, com tamanho reduzido de 20x15mm.</p> <p>Imagens ilustrativas conforme</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p>Observações:</p> <p>a)As medidas do Botton/Pin são aproximadas, devendo o fornecedor seguir um tamanho proporcional e harmonizado;</p> <p>b)As cores da imagem são meramente ilustrativas. O fornecedor deverá providenciar arte final e amostras para aprovação do Diretor da Coordenadoria de Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região antes da confecção e envio.</p> <p>Características e dimensões aproximadas:</p> <p>Material: Confeccionado em liga metálica, com a predominância do metal bronze, na cor prata, com no mínimo 2,0 mm de espessura;</p> <p>Formato: Escudo ovalado medindo aproximadamente 20 mm de altura por 15 mm de largura, devendo respeitar proporção e harmonização;</p> <p>Desenho interno:</p> <p>Frente: Fundo de cor prata resinada e esmaltada a frio; ao centro deverá ser incrustado o Brasão das Armas da República com todos os seus detalhes de relevos, níveis e cores, conforme descrito em lei, sobre uma faixa verde (parte</p>	16039	unid	70	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

	<p>superior) e amarela (parte inferior) na diagonal, ambas em resina; as cores do brasão deverão ser em esmalte epóxi.</p> <p>Inscrições: Acima do brasão deverá ser gravada, em alto-relevo a inscrição “POLÍCIA”, em tampografia, na cor preta; abaixo do brasão, deverá ser gravada a inscrição “JUDICIAL”, em tampografia, na cor preta. Os sulcos das letras deverão ser preenchidos por esmalte epóxi na cor preta. Na parte posterior (dorso) da insígnia deverá ser gravada a numeração sequencial de Órgão e matrícula, que será fornecido por ocasião da emissão do empenho;</p> <p>Verso: deverá haver um pino soldado reforçado, com uma cavidade na ponta para travamento do dispositivo do tipo grip-fastner (trava de metal na cor prata – silver, com mola, do tipo borboleta para fixação ao pino);</p> <p>Acabamento: toda a insígnia (botton) deverá ter um recobrimento por banho de imersão em substrato prateado. Na parte frontal da insígnia, após o processo de estamparia, banho prateado e esmaltação, deverá ser feito um recobrimento de resina de epóxi transparente aplicado para acabamento sobre toda a sua superfície;</p> <p>Fecho: fecho do tipo borboleta (01 fecho) – metalizado/silver;</p> <p>Letras e desenhos deverão ser nítidos, legíveis e todas as partes deverão estar bem acabadas, sem a presença de quinas vivas ou cortantes;</p> <p>Cores: cores e dizeres conforme imagem ilustrativa, respeitado o padrão estabelecido em normativas do CNJ e CSJT.</p>				
03	<p>PORTA-DOCUMENTOS/ PORTE, com brasão</p> <p>O porta-documentos, para guarda da carteira de identidade funcional dos Policiais e do distintivo deverá ser fabricado em couro, com duas abas, na cor preta, e com dimensões de 83x13mm.</p> <p>Imagens ilustrativas conforme</p>	480901	unid	70	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

	 <p>Observações:</p> <p>a) As medidas do porta-documentos são aproximadas, devendo o fornecedor seguir um tamanho proporcional e harmonizado;</p> <p>b) As cores da imagem são meramente ilustrativas. O fornecedor deverá providenciar arte final e amostras para aprovação do Diretor da Coordenadoria de Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região antes da confecção e envio.</p> <p>Características e dimensões aproximadas:</p> <p>Material: couro, em peles de alta qualidade, do tipo pelica, tingimento atravessado, cor preta, acabamento fosco e chapa lisa sobreposta, espessura aproximada de 10/12 linhas (tipo cromo alemão) de primeira qualidade;</p> <p>Acabamento e inscrições: com duas folhas – frente e verso, costurada em linha 100% poliamida na cor preta.</p> <p>A folha interna deverá conter visor plástico translucido depvc diamante com 30 mm de espessura;</p> <p>Parte externa frontal do porta-documentos:</p> <p>Acima - parte externa frontal: a legenda “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL” na cor</p>				
--	--	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

<p>prateada em hot stamping;</p> <p>Ao centro – parte externa frontal: o Brasão da República na cor prateada em hot stamping;</p> <p>Abaixo – parte externa frontal: a legenda “PODER JUDICIÁRIO” na cor prateada em hot stamping.</p> <p>Aberto - parte interna do porta-documentos:</p> <p>A folha interna do lado direito deverá ter acabamento semelhante ao da parte externa, na parte superior espaço que permita guardar um documento; ao centro, o distintivo da Polícia Judicial, em metal, colorido, embutido no couro.</p> <p>O distintivo metálico da Polícia Judicial deverá ser fabricado em liga metálica com a predominância do metal bronze, na cor prata. Formato do escudo ovalado, medindo 80 mm x 60 mm (altura x largura).</p> <p>Desenho interno do escudo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Frente: Fundo de cor prata resinada e esmaltada a frio; ao centro deverá ser incrustado o Brasão das Armas da República com todos os seus detalhes de relevos, níveis e cores, conforme descrito em lei, sobre uma faixa verde (parte superior) e amarela (parte inferior) na diagonal, ambas em resina; as cores do brasão deverão ser em esmalte epóxi;- Inscrições: Acima do brasão deverá ser gravada, em alto-relevo a inscrição “POLÍCIA”, em tampografia, na cor preta; abaixo do brasão, deverá ser gravada a inscrição “JUDICIAL”, em tampografia, na cor preta. Os sulcos das letras deverão ser preenchidos por esmalte epóxi na cor preta.- Dorso: na parte posterior do escudo deverá ser gravada a numeração sequencial do Órgão e matrícula, que serão fornecidos por ocasião da emissão do empenho;- Letras e desenhos deverão ser nítidos, legíveis e todas as partes deverão estar bem acabadas, sem a presença de quinas vivas ou cortantes;- Acabamento: todo o distintivo deverá ter um recobrimento por banho de imersão em substrato prateado. Na parte frontal do distintivo, após o processo de estamparia, banho prateado; <p>O distintivo deverá ser fixado no couro, inserto no porta-documentos em sua aba interna.</p> <p>A folha interna do lado esquerdo deverá conter</p>				
---	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

	<p>espaço para inserção de documentos - funcional/porte de arma de fogo, em um visor plástico translúcido de pvc diamante com 0,30 mm de espessura; a estrutura deverá ser em papel enrijecido de alta resistência a torção.</p> <p>Parte externa - verso, deverá ser gravada a numeração de Órgão e matrícula, em baixo relevo, que será fornecida por ocasião da emissão do empenho;</p> <p>Dimensões do porta-documentos: 83x113mm;</p> <p>Cor do porta-documentos: preta.</p>				
04	<p>BONÉ</p> <p>Boné tático para uso operacional com identificação da Polícia Judicial do Poder Judiciário, padrão detalhado à página 15 e 27 da Resolução 379 do CNJ.</p> <p><u>Imagens ilustrativas conforme Anexo A.</u></p> <p><u>Observações:</u></p> <p>a) As medidas e dizeres são conforme imagem ilustrativa, devendo o fornecedor seguir um tamanho proporcional e harmonizado;</p> <p>b) As cores da imagem são meramente ilustrativas. O fornecedor deverá providenciar arte final no código de cores fornecido ou amostras/provas para aprovação do Diretor da Coordenadoria de Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região antes da confecção e envio.</p> <p><u>Características e dimensões aproximadas:</u></p> <p>Material: Produzido em tecido ripstop, cor sólida, com fita interna de reforço nas costuras.</p> <p>Tecido Rip-Stop: tecido resistente e flexível com capacidade de resistência à tração, rasgo e abrasão, com proteção UV (mínimo de FPS 50) e Anti-Pilling;</p> <p>Fechamento: Fecho com fivela estilo loop e regulagem por aderência (velcro) ou ajuste em elástico ultraconforto, para ajuste à cabeça.</p> <p>Respiradores para melhor ventilação;</p> <p>Símbolos e identificadores:</p> <p>Frontal: Inscrição Polícia Judicial em bordado industrial ponto cheio, na fonte Arial Black, na cor Pantone P 173-1C, nas</p>	150489	unid	130	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

	<p>dimensões 10 cm de largura por 4 cm de altura com espaçamento entre as palavras de 0,5 cm;</p> <p>Lateral esquerda: Bandeira do Brasil em bordado industrial ponto cheio, em policromia, com todos os seus detalhes de relevos, níveis e cores, conforme descrito em lei, nas dimensões 5 cm x 3,5 cm;</p> <p>Cor: Preta (Black).</p>				
<div data-bbox="204 748 812 1093"> <p>LATERAL</p>  <p>LATERAL ESQUERDA BANDEIRA DO BRASIL EM POLICROMIA DIMENSÕES: 5cm x 3,5cm</p> <p>FRENTE</p>  <p>INSCRIÇÃO POLÍCIA JUDICIAL FONTE: ARIAL BLACK COR: PANTONE P 173-1C DIMENSÕES: 10cm X 4cm ESPAÇAMENTO ENTRE AS PALAVRAS: 0,5cm</p> <p>POLÍCIA JUDICIAL</p> </div>		<div data-bbox="845 748 1331 1084"> <p>SONHE</p>  </div>			

- 1.2. No caso de eventuais dúvidas acerca de qualquer das partes do Termo de Referência, os interessados poderão contatar a unidade requisitante por meio dos telefones: (92) 3627-2158, 92 981472383, ou pelo e-mail: set.seguranca.forum@trt11.jus.br.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação compreende ao período que vai da adjudicação do objeto à entrega definitiva do bem. <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda-jt/kb/atestando-documentos-fiscais-recebidos>.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A aquisição justifica-se pela necessidade de fornecer material de identificação para os Agentes da Polícia Judicial do TRT11 lotados na COSEG/TRT11.
- 2.2. Ressalta-se que é imprescindível a utilização de uniformes pelos Policiais, bem como outro itens de identificação visual nos novos moldes padronizados por atos do CNJ, dado o caráter ostensivo e preventivo das atribuições/atividades exercidas, pois executam diariamente serviços velados e de proteção de autoridades, fora e dentro das dependências desta Corte, além de outras funções correlatas.
- 2.3. Os quantitativos foram definidos tiveram como referência o número de servidores na função.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2.4. No presente caso, a adjudicação se dará por grupo, haja vista que os itens estão intrinsecamente ligados e são componentes de uma única solução, a qual não pode ser desmembrada sem que haja risco de perda de produtividade, padronização e economia de escala.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens, objeto do presente termo de referência, classificam-se como bens de natureza comum, conforme definido nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4. MODALIDADE LICITATÓRIA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A aquisição do objeto deste Termo de Referência dar-se-á mediante dispensa eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Em atenção ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e na Resolução CSJT nº 103, de 25 de maio de 2012, tratando o objeto de aquisição de bens comuns, deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante seu transporte e o armazenamento.

6. AMOSTRA DO OBJETO

6.1. Será exigida amostra; o kit com as amostras dos itens deverá entregue no TRT11 em até 10 (dez) dias úteis, sob pena de desclassificação do concorrente.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O objeto da contratação deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do instrumento contratual (Carta-Contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, termo de contrato ou outros listados no art. 95, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), no horário compreendido entre as 7h30 e às 14h30, na Seção de Segurança do TRT11, localizada na Rua Ferreira Pena, 546, bairro Centro, prédio Fórum Trabalhista de Manaus, 2º andar, CEP 69010-140, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas – Telefones: (92) 3627-2158.

7.2. Recebimento Provisório

7.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo **fiscal do contrato**, que verificará sua



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sendo **o recebimento provisório efetivado mediante recibo**, na forma do art. 140 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (dias), a contar da notificação da CONTRATADA e às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1. Recebimento Definitivo

7.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **termo circunstanciado**.

7.1.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 7.4.1 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.3. Não serão recebidos, em hipótese alguma, produtos com embalagem violada que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- 8.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas com tributos, encargos fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seu anexo;
- 9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar, por meio de fiscal do contratado designado pela autoridade competente, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
- 9.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do termo de contrato resultante do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida subcontratação de terceiro para fornecimento do objeto licitado.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com ou em outra pessoa jurídica, desde que:
- 11.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 11.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato nem haja prejuízo à execução do objeto pactuado, bem como anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 12.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 12.1.1. O recebimento de bens ou serviços especiais poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 12.4. Atuarão como gestores e fiscais do contrato os servidores: Ailton Luis dos Santos (gestor); Osvaldo Henrique Rodrigues de Oliveira (gestor substituto); Francisco Cleber Coelho da Silva (fiscal), Paulo César Ribeiro Jurema, (fiscal substituto).

13. DO PAGAMENTO

- 13.1. Em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, o pagamento será realizado, mediante ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando aposto o atesto, confirmando a execução do objeto do contrato.
- 13.3. A nota fiscal ou fatura será obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA no SICAF, serão tomadas as seguintes medidas:
- 13.3.1.1. Advertência da CONTRATADA, por escrito, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- 13.3.1.2. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE;
- 13.3.1.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo CONTRATANTE, para que sejam



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

- 13.3.1.4. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- 13.3.1.5. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 13.3.1.5.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 13.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.6. Antes de cada pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.7. Constatando-se a irregularidade da CONTRATADA no SICAF, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, conforme previsão em 13.3.1 e 13.3.1.1.
- 13.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.8.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.9. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

$$I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

(TX) TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

- 14.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta.
- 14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IGP-M/FGV, correspondente exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 14.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 14.3. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. É exigida a garantia mínima de 1 (um) ano, contado do recebimento definitivo dos bens.
- 15.2. Prevalece a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior ao estabelecido no item anterior.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

16. SANÇÃO

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
- 16.1.1. Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 16.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 16.1.3. Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;
 - 16.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
 - 16.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 16.1.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 16.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 16.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$50,00 (cinquenta reais);
 - 16.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 16.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 16.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 16.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União como conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
 - 16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art.156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 16.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, como usem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Para atender à despesa e adquirir o objeto, serão solicitados remanejamento dos recursos orçamentários de outro item da Coordenadoria de Polícia Judicial; não sendo possível, aguardar-se-á a possibilidade de aproveitamento de sobras de outra unidade.

Manaus, 22 de agosto de 2023.

PAULO CÉZAR RIBEIRO JUREMA
Responsável pela Unidade Requisitante